

“DADOS ESTASTÍSTICOS E ESCLARECIMENTOS PARA OS EMIGRANTES”, DE 1875. INSTRUMENTO DE PROPAGANDA IMIGRATÓRIA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Zuleide Maria Matulle¹

Resumo: Este texto tem como objetivo explorar e tecer algumas considerações sobre um documento chamado “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes”, publicado em 1875, pelo Governo brasileiro, e que pode ser entendido como um instrumento de propaganda da província do Paraná no contexto da política migratória. Neste sentido, buscamos entender primeiramente este período imigratório europeu. Na sequência, destacamos quais os artifícios utilizados nesse documento oficial para atrair europeus para o território brasileiro e que ideia de Paraná estava presente nele. Julgamos que tal fonte pode contribuir no sentido de tornar mais tangível o conhecimento do processo de atração de imigrantes. Trata-se de um exercício útil na tentativa de compreender historicamente o movimento migratório da Europa, em especial, para a província do Paraná na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Colonização. Província do Paraná. Propaganda.

“STATISTICAL DATA AND CLARIFICATIONS FOR EMIGRANTS”, FROM 1875. INSTRUMENT IMMIGRATORY ADVERTISING PROVINCE OF PARANÁ

Abstract: This text aims to explore and make some considerations about a document called “Statistical Data and Clarifications for Emigrants”, published in 1875, by the Brazilian Government, and which can be understood as a propaganda tool for the province of Paraná in the context of politics migratory. In this sense, we seek to understand first this European immigration period. In the sequence, we highlight what are the devices used in this official document to attract Europeans to Brazilian territory and what idea of Paraná was present in it. We believe that such a source can contribute towards making the process of attracting immigrants more tangible. It is a useful exercise in the attempt to understand historically the migratory movement from Europe, especially to the province of Paraná in the second half of the 19th century.

Keywords: Colonization. Province of Paraná. Advertising.

Introdução

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR). Professora no curso de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória. Contato: zumatulle@hotmail.com

Estas páginas têm como objetivo explorar um documento chamado “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes”, publicado em 1875. Esse documento está disponível no site da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Trata-se de um documento editado no Rio de Janeiro, pela Tipografia de Leuzinger & Filhos, por ordem do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e das Obras Públicas, órgão criado em 1860, em um contexto de dificuldades da lavoura brasileira. Victor Gustavo de Souza (2019, p. 187) informa que o documento é reflexo da necessidade de “medidas que valorizassem a defesa de políticas voltadas aos interesses da agricultura (...)", tanto pelas províncias como pelo governo central, bem como um instrumento de promoção da província do Paraná para atrair imigrantes no curso da segunda metade do século XIX.

Cada província, concorrente no processo imigratório, precisava propagandear o que tinha a oferecer, “quais as oportunidades e incentivos que teriam os imigrantes, se fizessem uma ou outra escolha” (SECRETO, 2004, p. 35). Assim, vê-se um documento, composto de 154 páginas, que destacam variados aspectos da província do Paraná: sua população, as riquezas, o clima, a vegetação, os rios, a existência de plantas medicinais, sobre apicultura, sericultura, agricultura, indústria pastoril, indústria extrativista, estradas de ferro, colônias, telégrafos, estradas de rodagem, divisão administrativa, principais cidades, imprensa, indígenas, comércio de exportação e importação, a capacidade para acolher a imigração e as vantagens oferecidas pela província aos estrangeiros (PARANÁ, 1875). Ainda, nas últimas páginas, o documento apresenta um resumo da Constituição do Império e um mapa com os caminhos de ferro estudados para a província.

Explorar esse documento, mesmo que em caráter inicial, pode contribuir para a reflexão sobre a importância da propaganda na política imigratória, bem como tornar um pouco mais tangível o processo de atração de imigrantes para a província do Paraná na segunda metade do século XIX. Destaca-se isso porque é comum encontrar na historiografia, especializada em imigração, que muitos sujeitos se deslocaram ao Brasil “graças à propaganda que se fazia na Europa”; que a propaganda enfatizava o Brasil como um “verdadeiro paraíso no novo mundo”, que “o Paraná recebeu um grande número de imigrantes que foram atraídos pela propaganda no exterior”; etc. Essas menções, em geral, feitas com poucas frases ou parágrafos são um pouco perturbadoras, pois simplificam demais a atração e o fenômeno da mobilidade em massa.

Isso não é uma crítica aos\as pesquisadores\as, pois as investigações historiográficas modernas são fruto de recortes, escolhas, bem como “produto de um lugar” e sujeita a pressões, como bem explica Michel de Certeau (1982). Essa perturbação é sentida porque a propaganda

imigratória envolve várias questões de ordem política, social, econômica tanto do espaço que quer atrair imigrantes como dos espaços que são por eles\as deixados. Além disso, a movimentação de pessoas para fora da Europa precisa ser entendida também como um negócio, que gerava altos lucros para agências e agentes de imigração, para companhias de navegação e de terras. O próprio migrante funciona como “mercadoria na medida em que terá que ser transportado para o além-mar, consumindo, portanto, capitais para o seu transporte e sua instalação” (PETRONE, 1987, p. 259). Envolve também decisões dos sujeitos, que idealizam, acreditam, escolhem, são enganados, etc. Isso tudo quer dizer que o processo de atração de imigrantes é complexo, sinuoso, dizendo respeito a sujeitos e instituições das mais variadas, localizando-se em diferentes períodos e balizado por diferentes conjunturas, sendo importante seu aprofundamento e sua problematização.

É certo que a pesquisa sobre a propaganda imigratória do Brasil e de suas províncias encontra alguns problemas, sobretudo, no que diz respeito aos materiais que circulavam na Europa. Mas, os “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes” é um documento que pode contribuir com esse debate, trazendo à luz um pouco do imaginário projetado pelas propagandas. Problematizar esse documento como objeto de propaganda da província pode ser um exercício útil na tentativa de observar que Paraná foi propagandeado para sujeitos em busca de novos espaços de sobrevivência, para compreender historicamente o movimento migratório da Europa para o Brasil, mais especificamente para a província do Paraná durante a segunda metade do século XIX.

A Europa, o Brasil e o Paraná no contexto imigratório

No livro *O Brasil dos imigrantes*, Lucia Lippi de Oliveira (2002, p. 11), menciona que “a emigração é uma expressão de liberdade de movimento, mas é também um produto da escassez (...). É essa última vertente que interessa, pois no século XIX a Europa foi marcada por transformações de ordem política, econômica e social, responsáveis por modificar densamente o cenário europeu, gerando condições bastante adversas à manutenção de parcelas significativas da população europeia dentro de suas fronteiras político-administrativas. O crescimento populacional da Europa, a partir do século XVIII, aliado à queda progressiva da mortalidade, com o tempo, passou a pressionar o setor agrícola. Além disso, modificações profundas nas relações de trabalho, a

industrialização e urbanização foram fatores decisivos para o movimento migratório da Europa para a América.

Tomemos, como exemplo, brevemente, a situação na Alemanha no século XIX, tempo das primeiras incursões da sua Revolução Industrial. Para Jorge Cunha (1988) o primeiro surto industrial nesse território ocorre no leste em consequência do Bloqueio Continental (1806 a 1813) e a dominação napoleônica, seguindo-se uma estagnação até o princípio dos anos 1830. Novo crescimento industrial se verifica a partir da União Aduaneira (1834). Porém, esse desenvolvimento é interrompido entre os anos de 1842 e 1849, por causa da crise econômica e da proliferação de ideias e ações revolucionárias de forma simultânea em diversas regiões. Trata-se daquilo que Eric Hobsbawm chamou de “primavera dos povos”, levantes do campesinato e do operariado exigindo melhores condições de vida e trabalho. Por fim, a década de 1850, marca o ingresso definitivo da Alemanha no círculo das nações industriais, trazendo transformações significativas à população. A ordem capitalista e o trabalho assalariado se impunham cada vez mais nos estados alemães. Os sujeitos ligados à agricultura sofreram com a dinâmica industrial. A grande massa da população rural “tinha que ser transformada de alguma forma, pelo menos em parte, em trabalhadores assalariados, para o crescente setor não agrícola da economia” (HOBSBAWM, 1996, p. 168).

Nesse cenário, com o avanço da industrialização, os camponeses, pequenos proprietários, foram sendo gradativamente expropriados. Para os camponeses era muito difícil conseguir os meios financeiros necessários para manter as exigências e os impostos fixados à população do campo. Além disso, entre os pequenos proprietários havia o problema do fracionamento das propriedades, pois os sítios eram de tal forma retalhados que não comportavam mais o número de pessoas que neles procuravam se manter, devido ao direito de sucessão natural (CUNHA, 1988). Essa prática acabava resultando em propriedades muito pequenas que não atendiam mais as necessidades básicas dos sujeitos. Em algumas regiões esse problema era resolvido com a passagem da terra, como herança, a apenas um filho. Isso obrigava os outros filhos a procurar emprego como diaristas.

Na Itália não foi diferente. Luiza Horn Iotti (2011, p. 01) explica que na Itália ocorreu um descarte do excedente populacional, pessoas a margem do processo produtivo em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção. No século XIX, “a unificação italiana e a incorporação da península ao sistema capitalista não incluíram as camadas populares”. Os camponeses “foram expulsos da terra. O pequeno artesanato foi parcialmente destruído”. A

indústria “mostrou-se incapaz de absorver a mão-de-obra disponível”. Assim, uma parcela significativa da população italiana foi buscar melhores condições de vida em outros espaços.

No leste europeu, que foi um componente importante da imigração para o Brasil, observamos questões similares. No leste europeu, mais especificamente na região que compreendia a Polônia, Regina Weber e Rhuan Targino Zaleski Trindade (2016, p. 272) explicam que durante o século XIX, “ocorreu um grave processo de minifundização, parcelamento das propriedades e a divisão chamada em polonês de *szachownica pól* (os cordões)”, ou seja, pequenas porções de terra que não eram suficientes para a subsistência da família. Além disso, esses pequenos camponeses eram pressionados pelos grandes proprietários de terra. Outro fator que contribuiu para colocar em movimento muitas pessoas foi à situação política. A Polônia deixou de existir como estado independente em fins do século XVIII. Seu território foi dividido entre as três grandes potências da época: a Prússia, a Áustria e a Rússia, sendo vítima de opressão política e nacional e de exploração econômica. O desaparecimento da Polônia do mapa político da Europa contribui para colocar em movimento muitos poloneses para o exterior, ganhando impulso nas últimas décadas do XIX.

Podemos reforçar todas essas considerações estabelecendo um diálogo com as ideias defendidas por Herbert Klein (1999). Para esse autor as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante, na medida em que afetam diretamente a sobrevivência das famílias. Ainda, segundo o autor, três fatores combinados originaram as grandes migrações europeias nos séculos XIX e XX. O autor fala do acesso à terra para sustento próprio, a variação da capacidade produtiva da terra e o número de membros de uma mesma família que precisa ser mantido por um mesmo lote de terra (KLEIN, 1999, p. 12-13). Trata-se, portanto, de um contexto adverso à manutenção de inúmeras pessoas. Esse contexto marcado pelas crises econômicas e transformações no setor agrícola configurava a Europa como um espaço de expulsão de parte de sua população.

Enquanto a Europa expulsava parte de sua população, do outro lado do Atlântico, no Brasil, observa-se o desenvolvimento de políticas de atração de imigrantes. A chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, trouxe mudanças significativas na administração do território. Algumas das preocupações do governo giravam em torno da ocupação dos chamados “vazios demográficos”, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas (OLIVEIRA, 2002). O termo, vazios demográficos, está entre aspas porque diz respeito a uma construção ideológica, presente nos documentos oficiais, que pronunciava a falta de população em determinadas regiões, sendo que esse discurso legitimava a introdução de imigrantes no território.

A colonização do território e o desenvolvimento agrícola podem ser localizados a partir do decreto de 1º de Setembro de 1808, com o qual o governo manda vir da Ilha dos Açores “1500 famílias, ou um proporcional número de homens e mulheres em termos de casar (...)", para povoar a Capitania do Rio Grande do Sul. Segundo o decreto o Príncipe Regente ordena “(...) distribuir pequenas sesmarias que hajam de cultivar, favorecendo quanto ser possa o seu Estabelecimento, na firme esperança que dahi haja de resultar um grande aumento de povoação (...)" (BRASIL, 1º de Setembro de 1808). Na sequência outro decreto foi significativo para a entrada de estrangeiros no Brasil. Trata-se do decreto de 25 de novembro de 1808, o qual tornava possível a propriedade da terra aos estrangeiros residentes no Brasil com a concessão de sesmarias (BRASIL, 1983, p. 356).

A ocupação efetiva do território mediante a criação de colônias era necessária tanto à soberania nacional como seu desenvolvimento econômico. A política imigratória, que é o conjunto de normas e de atos, através dos quais o Estado interfere no processo de transferência de pessoas, passa a ser orientada no sentido de estimular a entrada de novos contingentes populacionais no Brasil. É nesse contexto que ocorreu o estabelecimento de: a) alemães em Ilhéus, na Bahia, em 1818; b) suíços alemães em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1819; c) alemães em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1824. Ao sul da província de São Paulo foi fundada dentro dessa política a colônia Rio Negro, que nasceu de um antigo acampamento de tropeiros, em 1829.

O Ato Adicional de 1834 estabeleceu algumas mudanças significativas na administração do Império. Com o Ato Adicional criou-se as assembleias legislativas provinciais, medida que gerou certa autonomia para as províncias. Às províncias foi delegado poderes para legislar e organizar vários setores da administração pública como, por exemplo, a colonização. Os governos provinciais passaram a ter a competência para “promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 158). Assim, a colonização do Império deixa de ser de exclusiva responsabilidade do governo imperial e passa a incluir no empreendimento também os governos provinciais, bem como a iniciativa privada.

Acompanhando as considerações de Lucia Lippi Oliveira (2002), em 1850, a Lei de Terras altera a legislação sobre a propriedade da terra. A política de colonização do Império, que cedia terras de graça aos estrangeiros é alterada. A nova lei passa a proibir a posse de terra que não fosse comprada. É preciso lembrar ainda que em 1850, com a proibição do tráfico negreiro, começa a tomar corpo à necessidade de substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante. Nesse contexto a

entrada de imigrantes passa a ser orientada para dois focos: a) a pequena propriedade agrícola; b) as fazendas de café do oeste paulista, onde os imigrantes eram empregados como mão-de-obra.

Em relação ao Paraná, em 1853, ocorreu a definição do processo de emancipação política, sendo o território desmembrado da província de São Paulo. A província o Paraná promulgou, em 21 de março de 1855, a Lei nº. 29, na administração do presidente provincial Zacarias de Góes e Vasconcellos. Essa lei inaugurou oficialmente o processo de colonização da província. É preciso destacar que os pressupostos dessa lei não foram colocados em prática imediatamente, pois a província passava pelo processo de organização, dando seus primeiros passos como corpo autônomo. Porém, mesmo que os esforços empreendidos no sentido de dar execução à lei não tenham tido resultados imediatos, a mesma demonstra as intenções do Paraná quanto à colonização do território. Nela podemos notar três aspectos principais: a) o povoamento da província, com imigrantes europeus estabelecidos em colônias baseadas na pequena propriedade familiar; b) a produção agrícola, visando o fortalecimento de um mercado interno de abastecimento de gêneros alimentícios; c) a necessidade de trabalhadores para as obras públicas como, por exemplo, a abertura de estradas e a construções de pontes (PARANÁ, 1855, p. 18 -19).

A ocupação do território, mediante colônias com pequenas propriedades, com imigrantes europeus, dedicados à agricultura, era entendida como a chave para o desenvolvimento do Paraná. Nesse contexto foram criadas colônias como: Assungui (1860), Argelina (1869), Pilarzinho (1870), Alessandra (1870), Abranches (1873) e Eufrosina (1875). Cabe destacar aos\as leitores\as que essas colônias também foram ocupadas por brasileiros. Em alguns casos o número de brasileiros chegou a ser maior que o de estrangeiros. Além disso, muitos imigrantes abandonaram essas colônias, devido a dificuldades, isolamento social e econômico e mesmo o desejo dos próprios imigrantes em desenvolver outras atividades, pois nem todo imigrante que chegava ao Brasil era um agricultor.

Em 1875, na administração do presidente provincial Adolpho Lamenha Lins observa-se uma nova fase de colonização na província do Paraná. Esse presidente fez da imigração uma das metas de sua administração, promovendo a colonização nos arredores de Curitiba. Para esse presidente as colônias de imigrantes deveriam ser criadas próximo de estradas carroçáveis já existentes. Dever-se-ia, ainda, promover a abertura de novas estradas para ligar as colônias aos centros de consumo. Era necessário facilitar o escoamento da produção dos imigrantes. De acordo com princípios preconizados por Lamenha Lins, foram fundados núcleos coloniais como: Santa Cândida (1875), Órleans (1875), Santo Inácio (1876), D. Pedro (1876), D. Augusto (1876),

Lamenha (1876), Tomas Coelho (1876), Nova Itália (1877), Santa Felicidade (1877). A partir dos anos 1870, as décadas de 1880 e 1890, podem ser entendidas como o auge da política imigratória no Paraná, vendo-se a expansão da fixação de imigrantes subvencionados pelo governo provincial.

A província do Paraná nos “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes”

Para atrair contingentes populacionais para o Brasil o governo central e as províncias lançaram mão de vários artifícios de propaganda. Etimologicamente, a palavra propaganda vem do latim *propagare*, que quer dizer: “propagar, multiplicar (por reprodução ou por geração), estender, difundir” (PINHO, 1990, p. 19-20). Essa definição, que parece simples a primeira vista, descortina uma complexidade que diz respeito às intenções por trás do anúncio, que vende um bem material, um serviço ou uma imagem. Nesses termos, propaganda refere-se ao “conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão destinadas a influenciar, num determinado sentido, as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público receptor” (PINHO, 1990, p. 22). Trabalhemos, pois, com a ideia de divulgação de informações sobre o Paraná como um lugar acolhedor, especial, sinônimo de prosperidade, tendo em vista influenciar europeus para se dirigirem a este território.

Como materiais de propaganda imigratória podemos citar artigos, cartas, documentos governamentais, folhetos, comunicados e livros, escritos em diversas línguas, que falavam das vantagens que o Brasil e suas províncias ofereciam aos estrangeiros. Os “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes” é um documento que também entra nesse arrolamento de materiais de propaganda. A primeira página apresentava informações estratégicas aos sujeitos em língua portuguesa, alemã, inglesa, italiana, espanhola e francesa, como mostram as imagens abaixo.

Imagen 01: Informações sobre Escritórios e Hospedarias.

Nachweisungs-Büreau
Offizielle Colonisations-Agentur

In diesem Büro werden Immigranten wie alle anderen Personen gratis über Immigrations- und Colonisations-Verhältnisse informiert.

Praça de P. Pedro 2º N. 5, 1. Stockwerk
 Rio de Janeiro

Gasthaus
 Für neu angekommene Einwanderer
 Rue da Boa Vista N. 12
 Morro da Saude

Unter der besonderen Aufsicht der Kaiserlichen Regierung

PREISE:

Erwachsene über 9 Jahre	800 réis täglich.
Kinder unter.	500 "

Vorauszahlung

Offizielles Arbeiter-Büreau
 Eingerichtet von der Offiziellen Colonisations-Agentur mit
 Bevollmächtigung der Kaiserlichen Regierung

Dieses Büro, von der Kaiserlichen Regierung eingerichtet, hat zur Aufgabe die Immigranten mit den Personen in Verbindung zu bringen, welche Arbeiter suchen, um den Immigranten Anstellung zu besorgen und den Arbeitgeber die nötigen Arbeitskräfte zu verschaffen.

Der Dienst des Büros ist gratis sowohl für Arbeiter-Sucher wie für die Arbeitgeber.

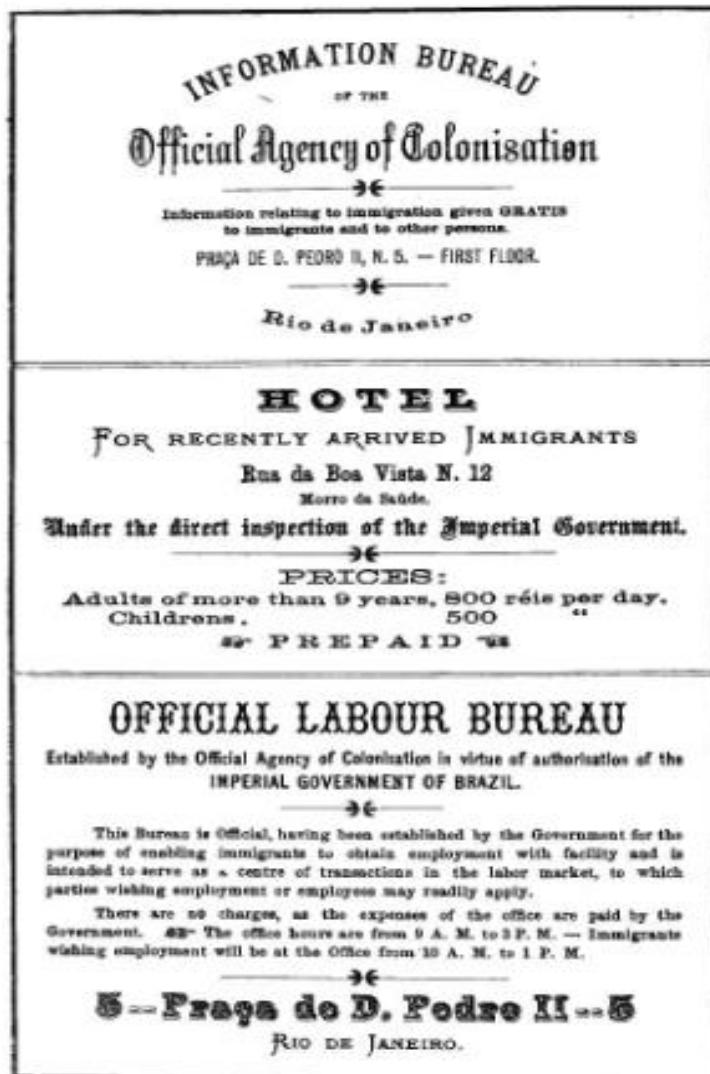
Das Büro ist geöffnet an allen Wochentagen von 9 Uhr Morgens bis 3 Uhr Nachmittags.

Die Immigranten welche Anstellung resp. Arbeit suchen sind täglich von 10 Uhr Morgens bis 1 Uhr Nachmittags im Büro zu sprechen.

PRAÇA DE P. PEDRO II N. 5
 RIO DE JANEIRO

Fonte: Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes – Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.

Imagen 02: Informações sobre Escritórios e Hospedarias.



Fonte: Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes – Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.

Essa primeira página informava sobre o recebimento dos sujeitos no Brasil. O documento trazia informações sobre a Agência Oficial de Colonização, a qual estava “localizado na Praça D. Pedro II, nº. 5, primeiro andar, no Rio de Janeiro”. Nessa agência se prestava “aos imigrantes ou a outras quaisquer pessoas informações relativas aos negócios da imigração” (PARANÁ, 1875, p. 02). Além disso, o documento fornecia informações sobre o alojamento e a colocação dos sujeitos

nas colônias ou nas fazendas. Informava a existência de uma hospedaria “destinada a recepção dos emigrantes recém-chegados no Rio de Janeiro”, localizada na Rua da Boa Vista, nº. 12 (PARANÁ, 1875, p. 02). Na sequência havia informações sobre o Escritório Oficial de Locação de Serviços, situado na Praça de D. Pedro II, nº. 5, estabelecido pela Agência Oficial de Colonização com autorização do Governo Imperial. Esse escritório era “destinado a pôr os imigrantes em contacto com as pessoas que pretendem seus serviços, facilitando emprego aos imigrantes e proporcionando braços as pessoas que os necessitarem (...)” (PARANÁ, 1875, p. 02).

A agência de colonização, a hospedaria e o escritório são instituições necessárias para o empreendimento imigratório. Essas instituições são indispensáveis no território que está promovendo a entrada de sujeitos. No entanto, pode-se pensar que essas informações fornecem ao documento certa racionalidade ao processo emigratório. São informações que evidenciam a existência de instituições acolhedoras do outro lado do Atlântico, a existência de um esquema seguro de recepção aos sujeitos, ou seja, vende-se a ideia de uma chegada coordenada ao Brasil.

Mais a diante é possível observar no documento um subtítulo chamado: Favores aos Immigrantes. Trata-se de um arrolamento das concessões feitas pelo governo aos imigrantes. A propaganda procurava demonstrar que a emigração para o Brasil era um bom negócio. Segundo os “Dados Estatísticos” o Governo Imperial concede os seguintes favores aos imigrantes:

Pagamento da diferença entre o preço de passagem para o Brasil e para os Estados Unidos; — Adiantamento da importância integral da passagem aos imigrantes, que se destinarem ás Colônias do Estado; estão autorizados a fazer essas despesas os cônsules de Londres, Liverpool, Hamburgo, Marselha, Suissa, etc; — Isenção de direitos de importação a toda a bagagem dos colonos, e, especificadamente a toda a sua roupa, camas, barras, ou catres; louça ordinária de serviço; instrumentos próprios para a lavoura ou á profissão do imigrante; moveis e mobília; e uma espingarda de caça por adulto; Hospedagem no Estabelecimento da Agencia Official de Colonização, a razão de 800 réis diários por adulto e 500 réis por menor de 12 annos e maior de 9 annos (PARANÁ, 1875, p. 110-111).

O governo do Brasil mostrava-se benevolente, concedendo aos imigrantes os “maiores favores possíveis”. Na verdade, o documento adverte que é desde que o “imigrante embarca na Europa, que principia a sentir a benévolia solicitude do Governo Imperial” (PARANÁ. 1875, p. 109). De acordo com o documento as concessões do governo não acabavam após a chegada dos imigrantes no Brasil. Nas colônias os imigrantes poderiam ficar desocupados, pois seriam “alojados provisoriamente em um edifício adequado, enquanto esperam a entrega dos seus lotes de

terras”. Teriam também, segundo o documento, “alimentação por dez dias, escrevendo o seu débito em caderneta para ser posteriormente pago” (PARANÁ, 1875, p. 111).

Os “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes” é um documento que ressaltava também as potencialidades da província, com vistas a difundir e cristalizar uma imagem que colocava o Paraná como um lugar extremamente favorável aos emigrantes. O documento destaca, por exemplo, a vasta hidrografia presente no Paraná. Ele descreve as: cataracta do Guayra (ou Salto das Sete Quedas), o rio Paraná, as condições de navegabilidade do rio Paraná, o rio Iguassú, os rios Tibagy e Paranapanema, o rio Ivahy e Piquiry (PARANÁ, 1875). O documento finaliza a apresentação hidrográfica do Paraná destacando que do “valle do Piquiry, (se) levará os turistas a admirar a luxuriante vegetação e as maravilhas do majestoso *Niagara da America do Sul*” (PARANÁ, 1875, p. 23). Essas menções procuravam demonstrar “o potencial da região, que ainda era desconhecido e que poderia ser explorado pelos imigrantes europeus” (CRESTANI, 2016, p. 48).

O potencial do reino vegetal a espera de imigrantes para explorar também está presente no documento. Ele informa que as florestas de araucária “constituem uma das maiores riquezas naturaes não só da província do Paraná, como de todo o Sul do Imperio do Brasil”. No Paraná sua exploração para comércio de exportação é facilitada, pois há pontos em que as “araucárias acham-se apenas a 50 ou 60 kilometros do Oceano Atlântico” (PARANÁ, 1875, p. 38). Além dos pinheiros, o documento fala de diversos tipos de madeiras de construção, materiais úteis aos serviços de carpintaria e marcenaria. Ainda, marca-se a existência de uma grande variedade de plantas medicinais, as quais são anunciadas como “dons naturaes, de alto valor mercantil”, ou seja, como recursos importantes para os imigrantes estabelecidos nesse território (PARANÁ, 1875, p. 41).

O clima também é um fator de importância no documento. Ele destaca que “por um dom especial do Creador, os habitantes dessa auspíciosa província têm sempre à sua disposição toda a espécie de climas” (PARANÁ, 1875, p. 24). Os “Dados Estatísticos” dividem a província em seis diferentes regiões, sendo que cada uma dessas regiões tinha um clima distinto. Esses climas estão:

(...) por assim dizer graduados desde o mais quente— o da *Marinha* ou do *Beira Mar*,—até ao mais frio o da planalto de Curitiba, que fica em altitude de 900 a mil metros; desde o mais humido — o da *Serra do Mar*, onde os vapores do Oceano Atlântico vêm se condensar como de encontro a uma muralha fria, e formam chuvas muito freqüentes, até ao mais seco — o dos mais altos pontos do planalto de Curitiba (PARANÁ, 1875, p. 24).

O destaque dado ao clima no documento reflete um pouco da necessidade de distanciar o Paraná das outras províncias do Brasil. Era importante vender a imagem de uma província salubre em seu clima, num contexto em que havia preocupação na Europa quanto à proliferação de doenças em regiões de clima tropical. Procura-se destacar ao longo de várias páginas que “o clima da província do Paraná é um dos mais saudáveis”, que os sujeitos que aqui aportarem muito poderiam se beneficiar da variedade de climas no território (PARANÁ, 1875, p. 31). Segundo o documento os numerosos “colonos alemães, franceses, suíços e ingleses, já estabelecidos no planalto de Curitiba, são outras tantas testemunhas da bondade do seu clima” (PARANÁ, 1875, p. 32).

Em confirmação o documento cita a facilidade com a qual “(...) atravessaram, sem o menor conveniente, os Engenheiros Keller, Pai e Filho, a província do Paraná em três direções, seguindo o curso dos rios, os quais em outras regiões, são infestados por febres”². Nesse mesmo sentido o documento ressalta que o engenheiro Antônio Rebouças, com uma brigada de 40 homens, em 1869, atravessou os “sertões de Palmeira à Guarapuava, e de Guarapuava ao Baixo Ivahy, sem ter uma só moléstia no pessoal da expedição; sem ter mesmo necessidade de abrir o frasco de sulfato de quinina da sua ambulância” (PARANÁ, 1875, p. 32). Um detalhe interessante é que Antônio Rebouças havia falecido em junho de 1874, vítima de febre tifoide, contraída quando coordenava a construção do caminho de ferro na província de São Paulo. Essa informação não aparece nos “Dados Estatísticos”, publicados em 1875. O documento destaca que nesses trabalhos, “muito mais penosos que os trabalhos de guerra, se o pessoal dessas expedições gozou de saúde, deve-se evidentemente atribuir tal benefício a salubridade geral da região explorada” (PARANÁ, 1875, p. 33). Assim, vê-se a propagação da existência de um espaço salubre aos imigrantes no Paraná.

Outra questão que é pertinente destacar do documento é a forma como a superfície territorial do Paraná é apresentada, a qual corresponde a “7.700 léguas quadradas (...) ou em 335,312 kilómetros quadrados” (PARANÁ, 1875, p. 06). O documento vai além e procura comparar a superfície territorial do Paraná com a de outros países, como pode ser observado na citação abaixo:

Para servir de termos de comparação diremos que essa superfície é maior do que a da Prussia, antes das últimas anexações, a qual era avaliada em 281,760 quilômetros quadrados, é ainda maior do que o da Inglaterra, Escócia e Irlanda, reunidas, que são computadas em 313,300

² O documento se refere a Joseph e Franz Keller, dois engenheiros alemães, que chegaram ao Brasil em 1855. Em fins de 1864, na província do Paraná, realizaram estudos de planejamento de estradas de rodagem, ferrovias e estudos hidrográficos e, posteriormente, envolvendo-se com o processo migratório. Franz, curiosamente, pegou Malária, durante uma expedição no norte do Brasil, em 1871. Para mais informações ver: <https://www.franzkellerleuzinger.de>.

kilometros quadrados. A superfície do reino de Portugal é, pelos últimos trabalhos de 83,163 kilometros quadrados; a superfície da Província do Paraná é, pois, quadrupla da extensão territorial de Portugal. O estado de New-York, da Republica dos Estados Unidos tem 47.000 milhas quadradas, que equivalem a 121.636 kilometros quadrados; a província do Paraná tem muito mais do dobro d'esta superfície territorial (PARANÁ, 1875, p. 06-07).

Uma questão pertinente a ressaltar é que indicadores numéricos estão muito presentes no documento. Vale a pena chamar atenção para o fato de que os dados numéricos expostos acima não são dados arredondados, ou aproximados. O “estado de New-York tem 121.636 kilometros quadrados”, não cerca de 121.700 km². Não interessa saber se esses dados correspondem ou não à realidade do território de New-York no ano de 1875. Interessa o fato de eles fornecerem ao documento um tom de exatidão, certa objetividade ao processo de atração dos sujeitos para o Paraná. Trata-se de informações minuciosas, levando os sujeitos confiarem na veracidade delas.

Outra questão interessante são as comparações que o documento apresenta. Ele compara o Salto de Guayra com as cataratas do Niágara, a extensão territorial da província do Paraná com a de espaços europeus, como Prússia, Escócia, Inglaterra, Irlanda e Portugal. Podemos estabelecer um diálogo com Maria Verónica Secreto (2004) quando destaca que: “todo processo migratório tem algo de comparativo”. Comparação “que o imigrante elabora antes de realizar a escolha que, evidentemente, não é totalmente racional, mas que está informada por diferentes circunstâncias e mediações” (SECRETO, 2004, p. 32). Assim, essa comparação feita pelo documento pode ser interpretada como uma forma didática de o governo fazer propaganda da província do Paraná. O documento compara a extensão territorial do Paraná com a de espaços de vivência, de conhecimento dos sujeitos, espaços que não estão muito distante da realidade deles. É como se o documento procurasse criar uma identificação com sujeitos que não sabem o que é província do Paraná, mas, tem algum conhecimento sobre espaços mais próximos de si.

Ademais, essa comparação demonstra o vasto campo que a província do Paraná oferecia aqueles que buscavam outros territórios. De acordo com o documento a província do Paraná poderia receber milhões e milhões de imigrantes. No documento, o território do Paraná “sendo maior que o da Prussia, antes das últimas guerras, poderá conter, com ella, uma população de 15 milhões de habitantes”. Quando a “província do Paraná estiver povoada, como actualmente o Estado de New-York, sua população orçará por 9 a 10 milhões de habitantes” (PARANÁ, 1875, p. 08).

No documento é marcada também muito fortemente a existência de terras disponíveis aos imigrantes. Há informações sobre medidas, preços e formas de pagamento, mostrando facilidades

de acesso a terra na província do Paraná. De acordo com os “Dados Estatísticos” os lotes para a agricultura possuíam três grandezas: “de 60 hectares e 50 ares; de 30 hectares e 25 ares, de 15 hectares e 13 ares”. Vendem-se por preços “de 2 réis e 8 réis por 4 metros quadrados e 84 decímetros quadrados, ou por uma braça quadrada (...) sendo preços muito favoráveis” (PARANÁ, 1875, p. 105-106). Assim, vê-se que os “Dados Estatísticos” vendiam a ideia de que todos aqueles estrangeiros que chegassem à província do Paraná seriam proprietários de porções de terra.

As condições para isso eram extremamente facilitadas aos sujeitos que rumassem ao Paraná. De acordo com o documento o governo “permite que os imigrantes paguem a prazo as terras que compram”. Neste caso divide “em 4 prestações annuaes, das quais a primeira é só exigível dous anos depois de estar o imigrante estabelecido nas suas terras”. Quando “o imigrante antecipa o pagamento de uma prestação, faz-se-lhe um abatimento de 6%” (PARANÁ, 1875, p. 106). O mesmo documento destacava ainda que o “Governo Imperial vende aos imigrantes os lotes de terras, já medidos, e com certo preparo (...)", ou seja, vendia-se também a ideia de que nas terras disponíveis aos imigrantes já havia algum preparo para cultivo imediato (PARANÁ, 1875, p. 55).

Além das facilidades para aquisição de terra na província do Paraná o documento fazia um apelo muito forte para que os imigrantes se direcionassem rapidamente as atividades de agricultura. Sobre essa questão o documento menciona que:

(...) ao partir da Europa com destino à província do Paraná, ou a qualquer outra província do Império do Brasil o emigrante deve têm como principal aspiração adquirir uma propriedade territorial nesse prospero e auspicioso paiz. Em viagem deve fortalecer-se nessa aspiração: formar o plano de, apenas chegado, comprar, a dinheiro ou a prazo, um bom lote de terras, e trabalhar para constitui-lo um rico patrimônio para si e sua família (PARANÁ, 1875, p. 117).

De acordo com a orientação desse documento os imigrantes, uma vez na província do Paraná, deveriam negociar imediatamente um lote de terra e debater-se para cultivá-lo. O objetivo em ênfase era “fomentar o cultivo da agricultura de subsistência, para manter abastecidos os centros urbanos que já passavam por raleamento de produtos agrícolas”, como destacam Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012, p. 36). O documento até menciona a possibilidade de atividades de extrativismo, bem como atividades artesanais e urbanas. Entretanto, ele é taxativo ao destacar que o imigrante interessado nessas atividades “falta assim a sua missão” (PARANÁ, 1875, p. 120).

O documento reitera que os sujeitos recém-chegados ao território devem: “(...) varrer de sua mente todas as idéas de minas de ouro e de diamantes; não faltam no Brasil d'essas minas; não são elas, porém, que fazem a felicidade dos imigrantes (...). Cumpre que o imigrante “se demore o menos possível nas cidades marítimas, onde não faltam seduções e máos conselhos”. Não deve o imigrante “procurar divertimentos e distracções; mas sim a de tractar de ir plantar, quanto antes, o seu futuro e o de sua família” (PARANÁ, 1875, p. 120). Assim, o imigrante desejado para a província do Paraná era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades, como bem destaca Lucia Lippi Oliveira (2002).

De acordo com o documento os imigrantes só devem “recorrer a outra indústria quando de todo lhe fôr antipathica a vida rural. No entanto lhe aconselhamos cordialmente que faça esforços para vencer essa repugnância (...). Os imigrantes não poderão ter “(...) melhor horizonte para sua velhice de que um bom patrimônio de terras, coroado por um chalet, e povoado por um bello rebanho de carneiros; bem melhor e mais seguro legado para sua família”. Assim, os “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes” deixam explícito que a melhor das atividades que o imigrante pode escolher no Paraná “é a industria agrícola ou a agricultura, acompanhada e auxiliada da criação dos animaes domésticos (...).” (PARANÁ, 1875, p. 119).

Há ainda todo um discurso voltado para demonstrar a boa qualidade dessas terras. As “terras do valle do Tibagy são fertilíssimas, produzem o café em tanta abundância como as mais ricas da província de São Paulo” (PARANÁ, 1875, p. 80). Sobre a colônia Assungui mencionava estar ela “situada a 300 metros do nível do mar, no valle da Ribeira, ou de Iguassú, em terras fertilíssima e apropriadas a varias culturas” (PARANÁ, 1875, p. 89). Um “cultivador pode plantar e tratar de 36.300 metros quadrados de terra, ocupada por algodoeiros” (PARANÁ, 1875, p. 61). “Em uma área de 5 hectares pode-se plantar 40.000 pés de mandioca, que produzem, mesmo nos terrenos pouco férteis, 36.720 kilogrammas de tapioca. Vendendo ao preço actual de 500 réis ao kilo, produz a importante somma de 18:360\$000 ou mais de 2.000 libras esterlinas!” (PARANÁ, 1875, p. 49).

Ainda nessa perspectiva o documento destaca a variedade de culturas que poderiam ser colocadas em prática pelos imigrantes na província do Paraná. Essas informações são encontradas em um subtítulo chamado: Agricultura. Nele reúne-se uma gama de informações sobre a cultura: do trigo, das batatas, do milho, dos feijões, das vinhas, do arroz, da mandioca, do café, da cana de açúcar, do algodão e do fumo. Cada um desses itens é abordado de forma separada no documento,

procurando sempre demonstrar as suas características, como se desenvolvem e mensurar os ganhos.

Vejamos alguns exemplos:

Os imigrantes terão, pois, o mais vasto campo de escolha: poderão dedicar-se ou a cultura dos gêneros europeus nos planaltos de Curitiba, dos Campos Geraes e de Guarapuava, ou a cultura dos produtos tropicais ou brasileiros, nos vales do Ivahy, do Iguassú, do Piquiri e do majestoso Paraná. Poderão optar entre o trigo e o café, entre a beterraba e a canna de açúcar, entre o lúpulo e o fumo (...). O trigo produz excelentemente nos planaltos de Curitiba, dos Campos Geraes e de Guarapuava. A proporção actual é de 1 para 20 a 1 para 40, sem arado e sem estrumes; quando na Europa é preciso empregar todo o esforço para obter a proporção de 1 para 22 (PARANÁ, 1875, p. 44-45).

Assim, há nesse discurso um apelo grande a produção de alimentos no Paraná. Nas margens do Ivahy, por exemplo, há florestas de “larangeiras, que tem léguas e léguas de extensão”. Na extensão do caminho de Curitiba a Miranda, “pode-se assegurar que produzirão, naturalmente ou cultivados, todos os fructos conhecidos; mas os que ora abundam são as laranjas, as bananas, os ananazes, as jaboticabas” (PARANÁ, 1875, p. 41). Ainda os “inhames e os carás dão perfeitamente no Paraná: são de fácil e rendosa cultura para os imigrantes” (PARANÁ, 1875, p. 46).

Nos “Dados Estatísticos” é possível encontrar também algumas informações positivas sobre imigrantes já estabelecidos no Paraná, procurando demonstrar que eles haviam conseguido prosperar através de seu trabalho e das oportunidades que a província oferecia. Segundo o documento: os “imigrantes alemães, que se acham estabelecidos em torno de Curitiba, cultivam com grande lucro o trigo e também outros cereais da Europa, como o centeio, a cevada e a aveia” (PARANÁ, 1875, p. 45). Alguns “imigrantes têm já ensaiado o fabrico do vinho. Na exposição Nacional de 1866 figurou o vinho, devido a industria do imigrante Mathias Hauss, da freguesia de Rio Negro” (PARANÁ, 1875, p. 48). Muitos, principalmente alemães, “são hoje proprietários de carros e carroças, e ganham somas importantes, conduzindo pessoas e mercadorias de Curitiba a Antonina, que é o porto de mar, onde termina a estrada da Graciosa” (PARANÁ, 1875, p. 88-89).

É certo que esse discurso reflete a necessidade da província quanto à colonização do seu território e a criação de uma cultura agrícola dedicada ao mercado interno. Lembrando que esse documento foi produzido por ordem do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e das Obras Públicas, preocupado com a situação da lavoura no Brasil. Entretanto, observado pelo viés da propaganda, os receptores dessas informações, não necessariamente pela leitura, são levados a pensar na possibilidade de melhores condições materiais de vida na província do Paraná, que, aliás,

está no centro da decisão de emigrar, como informa Herbert Klein (1999). O acesso à terra, e portanto, ao alimento; a variação da produtividade da terra e o número de membros da família que precisam ser mantidos eram fatores importantes aos sujeitos. Portanto, para uma população pobre, sem terra, que vivia em um cenário de miséria, as possibilidades de aquisição de terra e fartura de alimentos sem dúvida eram atrativas. Trata-se de uma representação que vinha de encontro aos anseios dos europeus marcados, sobretudo, pela escassez, influenciando suas opiniões e atitudes.

A existência de terra, a possibilidade de aquisição, a ampla variedade de alimentos que poderiam ser cultivados, as menções a europeus já presentes na província do Paraná, que cultivam com grande lucro, que são proprietários de carros e carroças, que ganham somas importantes, certamente foram fatores que chamavam a atenção dos sujeitos que na Europa estavam em situação precária. Todas essas informações eram importantes, contribuindo para a decisão de emigrar.

Podemos resgatar novamente a ideia da comparação no processo de atração de imigrantes na Europa. Isso porque para os sujeitos: “aqui” (em seu local de origem) “é de um jeito”. O “aqui está informado pelo quotidiano, embora a apreensão da realidade nunca seja imediata, ‘aqui’ é muito mais fácil de definir, é vivido em carne própria” (SECRETO, 2004, p. 32). Os sujeitos, em seu local de origem, se viam num contexto econômico e social marcado pelo excedente populacional, crises econômicas, pela fome e pela falta de perspectiva de dias melhores.

Em contrapartida: “lá, sobretudo quando é além-mar, representa para o potencial imigrante um mundo de representações”, muito mais complexo de definir e impregnado de fantasias e expectativas (SECRETO, 2004, p. 32). A propaganda vende a existência de um mundo de possibilidades. Assim, é fácil inferir o quanto atraente foi a oportunidade de vir para o Brasil, para a província do Paraná. De acordo com a propaganda os sujeitos receberiam terras, sementes e ferramentas necessárias para o trabalho. É claro que eles\as teriam que pagar por isso, no entanto as condições eram facilitadas, tendo os sujeitos muitos anos para o pagamento. Isso se apresentava como uma possibilidade real, algo que, para esses sujeitos, em seu próprio país, era impossível.

Algumas considerações

Em poucas páginas é difícil dar conta de toda a complexidade que envolve a propaganda feita a respeito do Brasil e suas províncias na Europa. Mas, o que foi explorado aqui torna um

pouco mais tangível o processo de atração de imigrantes para a província do Paraná. Trata-se de um processo complexo que envolve a situação política, econômica e social da Europa na segunda metade do século XIX, de onde veio a maior parte dos imigrantes para o Paraná. Observa-se um contexto extremamente adverso, marcado pela transformação econômica, excedente populacional, crises, opressão política, perda de terras, etc. Esse contexto gerava em muitas pessoas, marcadas pela pobreza e pela falta de terras, a necessidade ou o interesse de partir para outra realidade, para “fazer a América”, como ressaltou Boris Fausto (1999) analisando a imigração para a América.

O movimento de pessoas para fora de suas fronteiras também tem relação com o espaço que quer atrair imigrantes e sua forma de propaganda. No outro lado do Atlântico, para atrair imigrantes, era necessária uma intensa divulgação, explorando de forma positiva os recursos naturais, o clima, a fertilidade do solo e o potencial agrícola da província, de forma que despertasse o interesse de europeus em embarcarem rumo à província do Paraná. Nesse contexto, os “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes” destacam o Paraná como um lugar especial, que reunia todos os elementos para a prosperidade dos imigrantes. Vê-se o Paraná como uma província acolhedora, que fornecia um mundo de realizações aos sujeitos, conduzindo, induzindo, seduzindo muitos daqueles que sonhavam com a possibilidade de melhores condições vida no além-mar.

Vê-se uma propaganda que procurava colocar informações de forma com que os sujeitos conseguissem comparar a vida na Europa com as possibilidades que a província do Paraná oferecia. A comparação foi um artifício interessante, os sujeitos poderiam comparar as condições de vida de seu local de origem, comparar seus ganhos na Europa com o que poderiam obter no Paraná. Procurava-se criar uma identificação com os sujeitos. Estamos falando também de uma propaganda voltada para a existência de terras e da possibilidade de usufruí-la com o apoio do governo, o que era um tema sensível aos sujeitos afastados da terra na Europa. Para o trabalhador rural sem terras, marcado pela pobreza, essas informações representam um mundo inteiro de possibilidades.

Outro apelo significativo encontrado nos “Dados Estatísticos” é em relação a fertilidade das terras, as quais forneceriam aos sujeitos que nela trabalhassem todo tipo de alimento. A subsistência estaria garantida na província do Paraná, o que era outro ponto sensível ao sujeito no seu local de origem. Para quem vivia em um cenário de miséria, as possibilidades de fartura de alimento eram atrativas. Não é difícil imaginar o impacto que a propaganda imigratória causava na vida desses indivíduos, fazendo com que muitos vissem na emigração a saída para a crise em que viviam.

Para finalizar cabe ressaltar aos\as leitores\as que não há como saber ao certo de que forma as informações dos “Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes” foram repassadas\utilizadas pelos agentes envolvidos com o movimento migratório. Porém, podemos conjecturar um uso exacerbado e desenfreado delas, o que potencializa o caráter influenciador da propaganda. Segundo Lucia Lippi Oliveira (2002, p. 16) agentes a serviço de imigração anunciam, em várias cidades europeias, o Brasil como terra de promissão, recebendo “uma porcentagem sobre o número de embarcados, essas figuras seduziam aqueles que, sem alternativas, embarcavam num sonho que muitas vezes se tornava um verdadeiro pesadelo”. Dados apontam a existência de uma máquina imigratória formada por agentes e subagentes, que utilizavam diferentes maneiras de sedução. Isso tudo quer dizer que são muitos sujeitos verbalizando, fazendo circular informações sobre um mundo (in)existente do outro lado do Atlântico.

Além disso, é preciso entender que muitos sujeitos eram analfabetos, com acesso limitado as informações impressas, sujeitando-se ao que diziam os agenciadores. Isso nos coloca diante de outros questionamentos, sobre o que podemos chamar de “agentes da sedução”, ou seja, aqueles que fizeram essas e outras informações circularem na Europa, que divulgavam a miragem de uma vida melhor. Entretanto, essas são questões para serem problematizadas em uma próxima oportunidade.

Documentos

BRASIL. Decreto de 1^a de Setembro de 1808. Manda vir da Ilha dos Açores 1.500 famílias para a Capitania do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-1-9-1808.htm> Acesso em: 25 mar.2020.

BRASIL, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Programa Nacional de Política Fundiária. **Coletânea:** legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência. Elaboração de VALENTE, Maria Jovita Wolney, Brasília, 1983.

PARANÁ. **Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná.** Curityba. TYP Paranaense de C. M. Lopes. 1855. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_decretos_Adm_Prov/1855.pdf>. Acesso em: 12 jan.2020.

PARANÁ. Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5050>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SIte

Franz Keller Leuzinger. 2014. Disponível em: <<https://www.franzkellerleuzinger.de>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Referências Bibliográficas

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CRESTANI, Leandro de Araújo. Imigração europeia na fronteira oeste do Paraná (1854-1930). In: **ROMPATO, Maurílio; CRESTANI, Leandro de Araújo; GUILHERME, Cássio Augusto (Orgs.). História do Paraná: migrações, política e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado.** Toledo: Editora Fasul, 2016.

CUNHA, Jorge Luiz da. Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura: Santa Cruz do Sul - Rio Grande do Sul 1849 – 1881. Curitiba: UFFPR, 1988. (Dissertação de Mestrado)

FAUSTO, Boris. Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina, São Paulo, Edusp, 1999.

HOBSBAWM Eric. Primavera dos povos. In: **A era do capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IOTTI, Luiza Horn. Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299600613_ARQUIVO_textoanpuhsaopaulo.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: **FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Brasil dos imigrantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos: 1824-1930. In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni.** São Paulo - Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.

PINHO, J. B. **Propaganda institucional**: usos e funções da propaganda em relações públicas. São Paulo: Simmus, 1990.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana R.; AMÂNCIO, Silvia M.; IPÓLITO, Veronica K. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

SECRETO, Maria Veronica. As instruções para imigrantes no contexto da propaganda da imigração. In: **Revista Trajetos**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. Vol. 3. nº. 5, 2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/113204717-Instrucoes-para-os-imigrantes-no-contexto-da-propaganda-da-imigracao.html>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SOUZA, Victor Gustavo de. Atraindo europeus: a província do Paraná através de um guia para emigrantes do século XIX. In: **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.5, n.1, jun. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/67666/38808>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

WEBER, Regina; ZALESKI TRINDADE, Targino Rhuan. Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. In: **Revista del CESLA**. Uniwersytet Warszawski Varsovia, Polonia, nº. 19, p. 269-289, 2016. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/2433/243349208012.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Recebido em: 20 jan. 2020.

Aceito em: 14 abr. 2020.